

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.253 - RJ (2019/0332915-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**SUSCITANTE** : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE MACAÉ - RJ  
**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DA 10A VARA CÍVEL E COMERCIAL DE  
SALVADOR - BA  
**INTERES.** : IB NDT SERVICOS DE INSPECAO E COMERCIO LTDA  
**ADVOGADOS** : GABRIEL INACIO BARBOSA DO ROSARIO - ES023836  
SAULO DE OLIVEIRA PATRÍCIO - ES019890  
**SUSCITADO** : PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO

**DECISÃO**

Cuida-se de conflito negativo de competência entre JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE MACAÉ - RJ , suscitante, e o JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E COMERCIAL DE SALVADOR - BA, suscitado em Ação de Tutela Antecipada em Caráter Antecedente ajuizada por IB NDT SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E COMÉRCIO LTDA em face de PETROBRAS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO.

Depreende, na leitura dos documentos que instruem os autos, que a ação foi proposta perante o d. Juízo de Direito da 10ª Vara Cível de Salvador/BA, que declinou de sua competência favor do d. Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Macaé/RJ, sob o argumento de que a assinalada ação seria conexa à de nº 0034753-35.2016.8.19.0028, em trâmite no d. Juízo suscitante (nas fls. 47/48).

Contudo, o d. Juízo fluminense suscitou o presente conflito negativo de competência, refutando a ocorrência de conexão (nas fls. 56/57).

A Subprocuradoria-Geral da República deixa de opinar conforme os arts. 178 e 951 do CPC.

É o relatório.

Passo a decidir.

O conflito de competência foi estabelecido em razão da existência ou não de conexão entre ações tramitando em Juízos Diversos.

Nos moldes do art. 54 do CPC, *"a competência relativa poderá modificar-se pela conexão ou pela continência"*.

Desse modo, tratando a hipótese em tela de competência relativa é incompatível a declinação de ofício, segundo o enunciado sumular nº 33/STJ, *in verbis*: "A

*incompetência relativa não pode ser declarada de ofício".*

A propósito, confira-se o seguinte precedente:

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE VEÍCULOS. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. SÚMULA 33/STJ.**

**1. "A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício" (Súmula n. 33/STJ).**

**2. Constitui faculdade do autor escolher entre qualquer dos foros possíveis para ajuizamento da ação decorrente de acidente de veículos: o do local do acidente ou o do seu domicílio (parágrafo único do art. 100 do CPC); bem como, ainda, o do domicílio do réu (art. 94 do CPC). Precedentes.**

**3. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo suscitado. (CC 110.236/MS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/05/2011, DJe 02/06/2011)**

Nesse contexto, a competência só pode ser alterada caso a parte ré apresente arguição de incompetência do Juízo, após a regular citação.

Ante o exposto, conheço do conflito para declarar a competência do Juízo de Direito da 10ª Vara Cível de Salvador/BA.

Publique-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator